



Comprar territórios continua na moda

No século XXI, as empresas substituíram os Estados



Adquirir territórios pela lei do dinheiro deixou de ser uma opção na era moderna. No entanto, as alterações climáticas e o poder económico das grandes multinacionais trazem de novo esse cenário para o palco da geopolítica mundial. E se Donald Trump insistir na ideia de comprar a Gronelândia?

LUÍS FRANCISCO



Getty Images

Em agosto de 2019, o então Presidente dos EUA, Donald Trump, cancelou uma visita de estado à Dinamarca, depois de algumas das mais altas figuras políticas deste país terem comentado com desagrado os rumores de que os americanos estavam a considerar fazer uma oferta para comprar a Gronelândia, a gigantesca ilha ártica situada no Atlântico Norte. “A Gronelândia não está à venda” e “Só pode ser uma piada” foram algumas das declarações públicas feitas por governantes dinamarqueses. Sim, mas a ideia continua viva.

Os EUA abriram um consulado na Gronelândia em 2020 e têm autonomia para agir naquele território sob administração dinamarquesa desde que invoquem questões de segurança nacional – uma prerrogativa que ficou plasmada no acordo assinado entre os dois países em 1917 para a compra, pelos EUA, das Índias Ocidentais Dinamarquesas, que passaram a chamar-se Ilhas Virgens dos EUA. A ideia da Administração norte-americana era, na altura, proteger o Canal do Panamá durante a I Guerra Mundial. Quando chegou o segundo grande conflito, a invasão da Dinamarca pela Alemanha levou os EUA, em 1940, a deslocarem tropas para a Gronelândia, evitando a sua anexação pelos nazis. Em 1946 houve mesmo uma oferta assumida, de 100 milhões de dólares, mas não foi aceite.

A Gronelândia é gigantesca (mais de dois milhões de quilómetros quadrados de superfície – quase o tamanho da Argentina e praticamente 23,5 vezes a de Portugal), rica em recursos (urânio, ouro, pedras preciosas, terras raras, petróleo e gás natural) e gelada (é, depois da Antártida, a segunda maior reserva de água doce do mundo, na forma de gelo). Mas esta última característica está a mudar, à medida que o Ártico vai perdendo a sua calota polar, abrindo acessos à região e proporcionando novas oportunidades de exploração dos seus recursos. Aguçando o apetite das superpotências.

Administrativamente, a Gronelândia é um território autónomo, sob administração dinamarquesa. As sondagens indicam que cerca de dois terços dos seus menos de 60.000 habitantes apoiam a ideia de independência, mas também dão voz à constatação de que a economia da região não será viável sem a subvenção anual que lhe é atribuída pela Dinamarca. Os recursos estão lá, mas não há investimentos que possibilitem explorá-los – do lado dinamarquês, o receio é que investir na ilha seja criar condições para a independência...

Neste cenário, várias empresas dos EUA têm aumentado a sua presença na ilha. Não estão sós: a China, que não tem um papel ativo na corbulhante geopolítica do Ártico, já é o segundo maior parceiro comercial da Gronelândia, depois da Dinamarca. Para assegurar o controlo das matérias-primas e recursos naturais, as empresas dos EUA têm de se mostrar mais competitivas do que as chinesas nos concursos públicos. E se não o conseguirem?

“Não é imaginável que os EUA manobrem de forma coerciva sobre a Dinamarca, que é membro da União Europeia e da NATO. Achamos sempre que está fora de questão... Mas regras que achamos ser invioláveis estão a ser violadas, como se está a ver com a Rússia na Ucrânia”, alerta Luís Tomé, diretor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa.

Para além de tudo isto, há a localização. Entre a Europa e a América do Norte, a posse do território da Gronelândia – que um responsável norte-americano uma vez classificou como “o maior porta-aviões do mundo” – traz consigo enormes responsabilidades no âmbito da NATO, mas também garante um papel de extremo relevo na partilha de poder no Ártico, uma corrida que as grandes potências não querem perder.

A Dinamarca não quer sair desse comboio (o seu “bilhete” é, precisamente, a Gronelândia...) e, claro, tem rejeitado sempre a ideia de vender uma parte do seu território... Mas, já agora, qual poderia ser o montante envolvido? Em 2019, o Washington Post adiantou uma es-

continua

continuação

timativa de qualquer coisa entre 200 milhões e 1,7 bilhões de dólares, com um cálculo médio à volta dos 42,6 mil milhões. Já o Wall Street Journal fala em 533 mil milhões de dólares e diz que “não seria caro”. O PIB dos EUA em 2022 foi de 25,44 bilhões, ou seja, quase 50 vezes esse valor – extrapolando para a realidade portuguesa, seria como Portugal gastar à volta de 5,1 mil milhões de euros...

SACOS DE DINHEIRO

Parece uma loucura, mas se há um país onde este tipo de transações tem tradição, então estamos a falar dos EUA. Ao longo da sua história, os norte-americanos habituaram-se a comprar a outros países vastas porções do seu território (mais de metade do total, para sermos rigorosos) e nunca ficaram a perder com os negócios. O caminho começou a ser desbravado em 1803, quando emissários norte-americanos chegaram a Paris com uma proposta para Napoleão Bonaparte: comprar o porto de Nova Orleães, fundamental para ganhar acesso ao mar, por dois milhões de dólares ou, em alternativa, dez milhões se fossem incluídas partes da vizinha Florida.

Os franceses responderam com uma contraproposta: 100 milhões de dólares pelo conjunto do território da Louisiana, que na altura se estendia por toda a bacia hidrográfica do rio Mississipi, num total de 2,14 milhões de quilómetros quadrados (praticamente a área da Gronelândia, já agora...) e que só parcialmente era controlado pela potência. Após alguma negociação, o valor desceu para 15 milhões de dólares.

Sem poderem comunicar rapidamente com o Presidente Thomas Jefferson, que estava do outro lado do Atlântico, os enviados Robert R. Livingston e James Monroe (que mais tarde viria a ser Presidente dos EUA) arriscaram e aceitaram o novo negócio. Em valores atualizados, os EUA pagaram cerca de 1,5 dólares por metro quadrado... De um momento para o outro, os EUA duplicavam a sua área territorial e abriam a porta para a expansão a Oeste. Nascia uma potência mundial e a história mudou.

Até porque os norte-americanos não pararam por aí. Década e meia depois compraram a Florida ao reino de Espanha, depois o Território do Oregon ao Reino Unido, anexaram territórios que pertenciam ao México (nalguns casos com compensações financeiras). “Era impensável que os EUA conseguissem transformar este puzzle numa união tão forte, mas foi isso que fizeram entre os séculos XIX e XX”, avalia José Eduardo Franco, historiador e professor da Universidade Aberta. “Os territórios adquiridos a Espanha e França para Sul e Oeste permitiram ao Norte ganhar capacidade para criar essa gigantesca potência. Até em termos de autoestima.”

O grande negócio aconteceu em 1867. Por esses dias, o cidadão comum dificilmente perceberia o interesse dos governantes de Washington num território gelado, despovoado e desinteressante no extremo Noroeste do continente americano. Os russos, que ali estavam instalados há século e meio, também não viam grande potencial naquela possessão de 1,5 milhões de quilómetros quadrados e o negócio avançou: por 7,2 milhões de dólares (152,8 milhões a preços atuais, pouco mais de 100 dólares por hectare, ou um centimo por metro quadrado), os EUA compraram o Alasca à Rússia.

Sobravam montanhas e gelo onde pareciam faltar recursos naturais e infraestruturas (o Alasca não tem ligação por terra com o resto do país)... Um jornalista do New York Tribune escreveu mesmo que o novo território só se desenvolveria se lá fosse encontrado ouro. Menos de três décadas depois, foi exatamente o que aconteceu. E a seguir veio o petróleo.

Depois disto, houve outras operações da política do livro de cheques, incluindo a compra das Filipinas à Espanha (por 20 milhões em 1898), a zona do Canal do Panamá (10 milhões, mais



Getty Images

uma renda anual de 250 mil, em 1903) e as já faladas Índias Ocidentais Dinamarquesas (25 milhões em 1917), entre outras de menor impacto. Mas os EUA não estão sozinhos na história quando se fala da aquisição de novos territórios a troco de sacos de dinheiro.

O PODER DAS EMPRESAS

Talvez a primeira transação entre Estados envolvendo pagamento monetário em troca de territórios tenha sido a compra das ilhas Hébridas e Man pela Escócia à Noruega em 1266. Quase quatro séculos depois, em 1662, a França pagou cinco milhões de libras à Inglaterra pela zona de Dunquerque. E, em 1722, a Suécia cedeu à Rússia cerca de 100 mil quilómetros quadrados na costa Leste do mar Báltico (incluindo o que é a atual Estónia) em troca de dois milhões de riksdaler suecos, a sua moeda na altura.

O Reino Unido comprou as possessões dinamarquesas na Índia (em 1845) e em África (em 1850), a cidade de Singapura (vendida pelo sultanato de Johor em 1824) e a Costa do Ouro neerlandesa.



Em 1867, os EUA compraram o Alasca à Rússia por 72 milhões de dólares (em cima, à esquerda). Talvez a primeira transação entre Estados envolvendo pagamento em troca de territórios tenha sido a compra das ilhas Hébridas e Man pela Escócia à Noruega em 1266 (em cima).





Getty Images

Em 1917, os EUA compraram as Índias Ocidentais Dinamarquesas e passaram a chamar-se Ilhas Virgens dos EUA (em baixo, à esquerda). Em 1958, o Paquistão pagou 5.500 milhões de rupias a Omã pelo território de Gwadar (em baixo, do lado direito).



Getty Images

desa, em África (1872). Em 1878, a França comprou a ilha de Saint Barthélemy, nas Caraíbas, à Suécia; a Alemanha pagou à Espanha 25 milhões de pesetas pelos arquipélagos das Carolinas, Mariana e Palau em 1899; o Brasil adquiriu à Bolívia, em 1903, o estado do Acre (mais de 140 mil quilómetros quadrados, cerca de vez e meia a área de Portugal) em troca de dois milhões de libras.

Mais recentes foram os negócios entre o Paquistão e Omã (em 1958, os paquistaneses pagaram 5.500 milhões de rupias por aquele que viria a tornar-se um dos seus principais portos marítimos, Gwadar); entre a República Federal Alemã e os Países Baixos (no ano de 1963, os municípios de Elten, Selfkant e Suderwick tornaram-se alemães em troca de 280 milhões de marcos); e entre a Arábia Saudita e o Egito (em 2017, as ilhas de Tiran e Sanafir, num total de 132 quilómetros quadrados mudaram para mãos árabes em troca de 22 milhões de dólares).

E Portugal, tradicional potência colonial, alguma vez se meteu nestes negócios? Em larga escala, não. Mas José Eduardo Franco re-



Getty Images

corda vários episódios, salientando os custos da política de casamentos para fortalecer alianças. “As princesas levavam sempre um dote consigo... o casamento de D. Catarina de Bragança com o rei inglês D. Carlos II, em 1662, implicou a doação à coroa britânica de Bombaim, na Índia, e Tânger. Uma parte do nosso Império foi carcomido em dotes...”.

SINAIS DOS NOVOS TEMPOS

No século XXI, as alterações climáticas podem trazer novidades. Um sinal veio do Governo de Kiribati, nação que se espalha por 32 atóis e uma ilha numa vastíssima área do Pacífico central. Em 2014, o país comprou cerca de 2.200 hectares de terra na ilha Vanua Levu, Fiji, para garantir que haveria casa para abrigar os seus cerca de 70.000 cidadãos quando a subida do nível dos oceanos tornar impossível a vida no território atual.

Por outro lado, muitas nações estão a comprar territórios indiretamente... “Um dos princípios basilares da política internacional, desde o século XX, é o respeito pela soberania e integridade territorial dos Estados...”, mas agora há outras formas de o dinheiro entrar em cena”, avisa Luís Tomé.

Como devemos olhar para a aquisição de mais de 320 mil hectares de terreno na Argentina, por parte do grupo Heilongjiang Beidahuang Nongken, para cultivar produtos que são exportados para o mercado chinês? Ou, ainda mais impressionante, o facto de a Daewoo Logistics, da Coreia do Sul, ter tentado controlar metade das terras aráveis de Madagáscar? Isso, metade. O negócio para alugar 1,3 milhões de hectares e cultivar milho naquele país insular de África acabou por ser denunciado pela imprensa internacional em 2008 e ajudou à queda do governo local nos meses seguintes.

A tendência está aí. No final do ano passado, foi anunciado que a Blue Carbon, uma empresa de capitais zimbabueanos e do Dubai, se preparava para controlar um quinto das florestas do Zimbabué (7,5 milhões de hectares – Portugal inteiro tem 9,2 milhões...), na sequência de outros negócios semelhantes em África (10% da mancha florestal da Libéria, por exemplo). A ideia é vender créditos de carbono...

“As grandes empresas globais exercem um tipo de soberania que baralha a ordem mundial. É um poder sem rosto. Porque os empórios económicos não estão sujeitos ao mesmo tipo de escrutínio do poder político, não emanam da vontade do povo. E isso traz ainda maior dose de incerteza à geopolítica mundial”, diagnostica José Eduardo Franco. “As empresas continuam a correr mais riscos do que os Estados nestas operações, claro. Só um Estado pode recorrer à força, mudar leis ou fazer nacionalizações... Mas até quando os Estados estão envolvidos, o dinheiro pode ser uma solução”, garante Luís Tomé, que deixa um cenário em cima da mesa: “Imaginemos que a Rússia e a Ucrânia chegam a um acordo de paz: os russos ficam com a Crimeia, por exemplo, e comprometem-se a indemnizar os ucranianos por danos causados pela guerra. Na prática, estariam a comprar a Crimeia...”.

O dinheiro fala (quase) sempre mais alto. E esta certeza leva muita gente a congeminar o que poderemos ainda ver a seguir. E se a Grécia vendesse algumas das suas ilhas para equilibrar as contas nacionais? **W**

De um momento para o outro, os EUA duplicaram a sua área territorial e abriam a porta para a expansão a Oeste. Nascia uma potência mundial e a história mudou.